

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO

PRIVATIZATION OF THE ELECTRIC BRAZILIAN SECTOR: IMPACTS ON THE WORK

ETCHEVERRY, Maria Soledad¹

Resumo

Com a privatização de grandes empresas que compunham o sistema elétrico brasileiro, ao longo da década de noventa, opera-se uma mudança radical no setor, pautada sobre uma nova concepção da energia elétrica. Passava-se de uma visão que considerava a energia como bem social, supostamente presente na ótica de um serviço estatal cooperativo, para outra, que transformava a energia em uma mercadoria, dependente das oscilações da oferta e demanda, comandada pela ótica do lucro. A partir de 2002, são introduzidas novas modificações no modelo do setor elétrico, visando equacionar o fracasso do processo de privatização que apostou na auto-regulação do setor pelo mercado e que tinha culminado na crise nacional do “Apagão” no ano anterior. Essas medidas, que a partir desse momento procuram gradativamente viabilizar um sistema misto, de base estatal e privada, recebem novo alento a partir do governo Lula, coroando um processo de transformações desde a década de noventa e gerando impactos significativos sobre o mundo do trabalho no setor.

Palavras-chave: privatização - trabalho - setor elétrico.

Abstract

With the privatization of the large companies composing the Brazilian electrical system during the 1990's, a radical change in the sector occurred, one that was based on a new conception of electrical energy. The view that considered energy a social good, one supposedly present in the public service cooperative, passed to that which transformed energy into merchandize, dependent on the oscillations of supply and demand and driven by the vision of profit. Beginning in 2002, new modifications are introduced in the electrical sector, seeking to resolve the failure of the privatization process that counted on auto-regulation of the sector by the market and which had culminated in the national crisis of the “blackout” the year before. These measurements, which sought to gradually make viable a mixed system, based on State and private participation, received new force with Lula's government, culminating a process of transformations since the 1990's and generating significant impacts on labor in the sector.

Key Words: privatization, labor, electrical sector

INTRODUÇÃO

O modelo de reestruturação gerencial e privatização das empresas estatais do setor elétrico brasileiro durante a década de 90 produziu impactos que perduram até hoje. Visando identificar como estas transformações são visualizadas pelos protagonistas desta história de reformas, acudimos, principalmente, às narrativas de ex- empregados, empresários e trabalhadores atuantes no setor, os quais construíram um sentido para essa alteração de modelos. Parte-se do princípio de que as narrativas são ferramentas de organização cronológica e de atribuição de sentido, portanto constitui um instrumental conceitual e metodológico de legítimo valor heurístico, para tratar das transições nas trajetórias profissionais, assim como da articulação que se estabelece entre estas e essas mudanças estruturais profundas.

Todos os entrevistados, independentemente da sua posição atual em relação ao setor, são oriundos de duas grandes empresas que desenvolviam atividades diferentes no sistema elétrico durante sua fase de estatais: a ELETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., com sede em Florianópolis, Santa Catarina, que, até dezembro de 1997- quando sofreu uma cisão, um ano antes de ser privatizada - foi responsável pelas atividades de transmissão e geração de energia, está última atividade retomada recentemente; e a LIGHT, Serviços de Eletricidade S.A – Rio de Janeiro, empresa sediada na cidade do Rio de Janeiro, cuja atividade central, até hoje, é a distribuição de energia.

Acreditamos que qualquer corte no tempo tem um valor estratégico, e como nosso debate pretende focalizar algumas implicações da mudança na concepção de energia, selecionamos dois momentos que sustentamos serem indicativos de cenários que expõem tensões emergentes na evolução do setor elétrico brasileiro desde o início da década de noventa até a atualidade. Estes são: o período da transição de modelos que se estende ao longo da década de noventa e que culmina em 2002 e o período que o sucede, em que se propõe a viabilização de um modelo misto. Neste último cenário, destacando-se sobretudo o período correspondente ao Governo Lula, em função das apostas favoráveis ou críticas que se faziam e fazem sobre as decisões do seu Governo para o setor.

O cenário da transição de modelos do setor elétrico

A estratégia adotada no Brasil, de expansão de infra-estrutura no setor elétrico na década de 60 e especialmente na década de 70, se traduziu em vultuosos investimentos direcionados para suas áreas de geração e transmissão de energia. Este processo de desenvolvimento do setor assumido pelo Estado, que previa a estatização de empresas privadas nacionais e estrangeiras, que até então atuavam na área de energia elétrica no país, consolidava-se com a criação da figura da “grande empresa estadual e federal, cujo símbolo máximo foi a criação da Eletrobrás em 1962” (DIEESE/SC, 1998, p.5). Para os analistas do DIEESE², o panorama do crescimento acelerado do mercado de energia e da capacidade instalada, aliada aos grandes investimentos, se traduziu em esforços significativos de qualificação técnica, administrativa e financeira. Segundo eles, “a superação de desafios técnicos e o desenvolvimento de tecnologia adaptada à realidade nacional (...), a demanda por estudos econômico-financeiros detalhados, bem como a estruturação de sistemas de contabilidade e de administração”, fez com que se desenvolvessem “as áreas de engenharia, financeira e administrativa das empresas, requisitando numeroso contingente de pessoal altamente especializado” (*Ibid*,p. 5-6). Este ambiente de desafios técnicos, financeiros e organizacionais, aliado à grandeza do empreendimento – o sistema elétrico brasileiro organizado em torno da *holding* Eletrobrás, cercada pelas empresas federais e estaduais – e a valorização da empresa pública como símbolo do desenvolvimento nacional, afora as boas condições de trabalho nestas grandes empresas estatais e a estabilidade do emprego³, permite compreender o tamanho da perda que se abate sobre os profissionais que se nutriam deste modelo uma vez que é ameaçado pelas reformas.

O cenário de retração de investimentos no setor de energia elétrica terá impactos sobre o emprego já na década de 80. Nas estatais se visualiza, de forma geral, através da política de não reposição da mão de obra e de perdas salariais. Já nas empresas privadas de consultoria que prestavam seus serviços principalmente às estatais, se manifesta através de cortes drásticos no número de empregos. São ilustrativos a este respeito os depoimentos de engenheiros, que registram como os efeitos da falta de

investimentos e a correspondente guinada na política energética, além de comprometer a demanda por trabalho, afetava as próprias perspectivas da engenharia para o setor e para o país como um todo. Este ponto de vista é exposto, a seguir, no discurso de um de nossos entrevistados:

(...) Por volta de 1984/85 as empresas de consultoria já começaram a desempregar em massa, em função da diminuição da demanda das empresas de energia elétrica, iniciando uma verdadeira política de desaceleração da engenharia no Brasil. Essas empresas foram se acabando porque se mantinham muito acima do plano energético que produzia grandes usinas e subestações. (...) Com as privatizações, o índice de nacionalização é mínimo, aí mesmo que a engenharia não continua sendo desenvolvida. E pensar que o Brasil já exportou engenharia. Esta começou a ser desmontada já na década de 80, quando o FMI⁴ entrou na política brasileira. Até essa época se desenvolveu muito a engenharia brasileira. Havia boas escolas, os institutos militares de engenharia como IME e ITA⁵, as universidades federais, as escolas técnicas. Com todas as restrições que temos da época, havia um projeto forte de engenharia nacional. (...).⁶

Outro engenheiro entrevistado, especialista em linhas de transmissão, elabora uma avaliação semelhante à do colega de profissão. Sua trajetória profissional, até 1990, se realiza como empregado de uma empresa privada de engenharia que prestava serviços a estatais do setor elétrico. Seu relato é testemunha, por um lado, da diminuição drástica do emprego, em primeira instância nas empresas privadas, e do impasse para os especialistas, que mesmo altamente qualificados, são excluídos do mercado de trabalho do setor. Por outro lado, seu testemunho aponta para a acumulação de conhecimento obtido pelos engenheiros durante a fase de expansão, e o subsequente desperdício deste patrimônio, em consequência de uma década em que não se formou novos profissionais direcionados para o setor:

Me formei no ano de 1973, fazia um estágio numa empresa de engenharia no Rio e imediatamente fui contratado. Tinha uma demanda, estava se criando o sistema elétrico brasileiro, estava se implantando, estava se projetando muito. (...). Só em projetos de linha de transmissão,(a empresa tinha) mais de 100 pessoas. A gente tinha consultoria americana que no início começou a ensinar como é que se faziam os projetos. Entravam através de um desses bancos mundiais, BID⁷, era uma exigência desses bancos para garantir a qualidade técnica do projeto, porque os financiamentos eram feitos por eles. Se formou muita gente, muita gente aprendeu a fazer o projeto, a conhecer linha de transmissão. (...) Eram três engenheiros americanos e me lembro que teve uma vez que a gente precisou um especialista em estruturas e veio um lá dos EEUU. Em

fim, houve uma transferência de tecnologia nessa época para o Brasil. Estava se começando a fazer os 500 KV⁸ que era uma coisa que não tinha no Brasil ainda, então eles deram uma ajuda na hora de desenvolver esses projetos. Então isso foi em 1973. A grande demanda foi até 1978, tinha muito serviço. (...) A partir de meados da década de 80 começa a diminuir o serviço (...) Conseguimos sobreviver às duras custas até 1990. (...) e aí entra o Collor de Mello e em julho, agosto de 90, mais ou menos, ele cancela tudo. Manda cancelar todos os contratos e aí para tudo!! Claro que fomos todos demitidos, fechamos o escritório e aí estou eu sem perspectiva nenhuma, sem possibilidade de entrar em estatal, estava fechado, eu tinha 40 anos. Não tinha a menor condição porque como não se estava fazendo linhas de transmissão em lugar nenhum, e eu sou especializado em projetos de linhas, não havia como sobreviver nessa área (...) e uma geração aí ficou muito mal na história porque durante esses 10 anos se investiu muito pouco nessa área. (...) Com o Apagão (maio 2001), voltou a aquecer-se o mercado, mas não existe mais mão de obra especializada para fazer linha de transmissão, porque a gente parou dez anos de fazer projetos. Então se procura no mercado alguém e não se acha, porque as pessoas já estão em outras atividades, desistiram ... muita gente morreu ... ou os poucos que a gente conhece estão cheios de serviço e são poucos, se contam nos dedos ... e não se formou gente durante esse período. Então, todo esse investimento, transferência de tecnologia dos americanos, tudo isso meio que se perdeu, e essa formação dos novos é um processo longo, demorado.⁹

Esgotado o projeto do “Brasil Grande”, os discursos e práticas do projeto neoliberal¹⁰ que conquistam hegemonia devido à ofensiva dos organismos financeiros internacionais, isto somado às adesões ao interior da sociedade brasileira e às crises da dívida externa e da inflação, encaminharam para a reestruturação e privatização das estatais. E, no caso específico que nos interessa, criou as condições para uma nova modelagem do sistema elétrico. A justificativa alegada era a de imprimir competência e competitividade às empresas e a criação de uma regulação neutra para setor, preservando assim o interesse público. Este processo que encaminha para as reformas do setor redundava na perda de autonomia das empresas públicas para administrar seus próprios recursos, limitando drasticamente seu potencial para investir em expansão e modernização. As empresas ficam endividadas e deficitárias. O discurso privatizante se fortalece neste ambiente e para os usuários a imagem será a de ineficiência. Nesse contexto, iniciada a década de 90, com as estatais limitadas a praticamente só manter o sistema operando - devido aos efeitos da transição desse modelo exclusivamente estatal para outro, que seria baseado na atração do capital privado, especialmente estrangeiro – aliado às reformas administrativas e suas estratégias de

enxugamento de pessoal, as conseqüências sobre o nível de risco de desemprego para os trabalhadores do setor se transforma numa constante ao longo de todo este período. São perdidos mais de 96 mil postos de trabalho, representando um corte de 46,2%, do número de empregados do setor, diminuindo de 209,4 mil em dezembro de 1989 para 112,7 mil em dezembro de 1999 (DIEESE, 2001).

O modelo que se inaugurava, impunha uma mudança na concepção de energia elétrica, de uma que a considerava enquanto bem social¹¹ supostamente presente na ótica do serviço público estatal cooperativo, para outra que a considerava como uma mercadoria, portanto sujeita às oscilações da oferta e demanda, com a ótica do lucro comandando este movimento. Esta última supostamente presente no âmbito do sistema privado concorrencial. Estava sendo argumentado que a modelagem deste sistema privado levava à descaracterização do serviço enquanto bem público ao propugnar a desverticalização ou fragmentação das cadeias produtivas ou energéticas buscando a competência nas diversas etapas da cadeia (Políticas Energéticas, Op.cit, p.11). Todas as empresas entrariam nessa divisão por setores: geração, transmissão, distribuição, comercialização e operação. Um entrevistado registra que algumas empresas chegaram a ser divididas em cinco pela lógica desse modelo. Mas, como essa empresa foi tão dividida teve, ainda, que criar uma empresa financeira para dirigir isso, uma *holding*. Então na verdade, se consideramos, também, que toda essa parte de regulamentação e fiscalização permaneceu sob responsabilidade da ANEEL¹², então somadas todas as atividades, essa empresa ficou dividida em sete áreas. O mesmo informante completa:

O modelo neoliberal de privatização levou a um desmonte da competência técnica: seja pela demissão dos trabalhadores, PDVs¹³, aposentadoria; seja pela própria divisão das empresas em várias atividades, que de certa forma eliminou uma certa integração, que criava uma certa competência¹⁴.

Sustentavam os críticos deste modelo privatizante, que a concepção de energia como mercadoria, faria com não se efetivassem investimentos em expansão, por exemplo para setores considerados não rentáveis, ou ainda, levaria à menor qualidade dos novos empreendimentos. Isto implicando em

que não se agregariam custos sociais e ambientais de forma satisfatória, além de imprimir menor rigor à fiscalização dos processos. Esta perspectiva, desembocaria, desta forma, numa redução da demanda por mão de obra em empreendimentos realizados a partir da iniciativa privada. Neste último caso, foram ilustrativos os depoimentos de dois entrevistados:

Nosso trabalho era um trabalho social com os atingidos das barragens (...) Antes (refere-se ao trabalho ainda enquanto estatal) a gente recolocava pessoas, a gente dava assistência social, acompanhava o filho para ver se tinha sido colocado em nova escola, via se as vacinas estavam sendo dadas. (...) A gente acompanhava como equipe multidisciplinar (...) Na transição para a iniciativa privada, em vez de realizar esses estudos se pagava a terra e dava dinheiro para o colono¹⁵, (...) era só calcular quanto ele tinha de terra. (...) Em vez de projetos de reassentamentos passou a ser reassentamento individual. (...) A empresa só faz os projetos que tem por obrigação. Por isso a gente não perdeu apenas o emprego, a gente perdeu antes o trabalho”.¹⁶

“ Bota sempre tua luz lá! Atuar no setor elétrico é fomento ao desenvolvimento(...). Fazer hidrelétrica envolve cidades. Não é simples, são núcleos rurais, problemas sociais, problema ambiental. Tem que responder dentro da lei, isso é um valor de uma estatal. Tem uma quantidade de leis que tem que respeitar como estatal. Isto exige gente! Quando precisa tomar conta de tanta coisa precisa de gente. No setor privado não, contrata-se uma consultora e esta, por sua vez, não vai encher os seus quadros. Então é o mínimo necessário. Isso dá para ver direitinho. (...) Em ... (refere-se à usina hidrelétrica) era um mundo de gente, relocaram uma cidade, dezesseis núcleos rurais, vários profissionais. Estou falando de 1988 por aí. Tudo, tudo, dentro de uma única empresa. Hoje em dia é um monte de empresinhas e certamente muitos postos de trabalho sumiram. Não tem mais aquela coisa do sociólogo que vai fazer entrevistas com o atingido. Isso acabou! (...) Aquilo que era feito por uma equipe e era investigado, estudado e re-estudado com critérios ... (...) A empresa privada é quem determina os rumos da empresa, não tem compromisso com o país. A qualidade, que antes era responsabilidade da empresa estatal, hoje fica ao sabor dos interesses privados. E no que diz respeito aos profissionais que tem essa preocupação, fica reduzida a uma luta pessoal e as vezes ingloria. O modo de trabalhar mudou completamente. Existia um batalhão de gente especializada na Eletrosul que fiscalizava e tinha o poder de barrar. Hoje acabaram os fiscais e o controle de qualidade está no âmbito da empreiteira e esta qualidade se adapta conforme as influências de poder de um conjunto social (o consórcio de empresas).¹⁷

Embora nos seus depoimentos ambos entrevistados registram que havia no âmbito da estatal a possibilidade de trabalhar com maior qualidade as questões sociais (incluindo aqui a dimensão ambiental), e com equipes interdisciplinares que enriqueciam este trabalho, fica também explicitado que este espaço sempre foi conquistado na disputa com visões tecnicistas que

apresentavam um conteúdo social inconsistente e, inclusive, patrimonialistas. Isto é, esta postura de compromisso com o rigor do trabalho que agregava a dimensão social estava longe de ser alvo de consenso no interior das estatais, mas significativamente, no processo de transição para a privatização os espaços de atuação possíveis foram fechando-se gradativamente.

A discussão que remete ao tratamento da coisa pública no contexto do modelo anterior e que se prolonga invertendo os fatores nos argumentos do neoliberalismo, isto é, não mais o Estado mas o mercado como princípio organizativo, é pertinente para esta discussão atual da perspectiva da mudança de concepção de energia e do suposto compromisso social das empresas. E isto, porque o que continua em pauta ainda é como resolver o problema da apropriação privada do bem social, ou como garantir a dimensão social embutida no serviço, além, é claro, da capacidade produtiva das empresas e do setor como um todo. Afinal, a privatização do serviço público não implica em que este seja transformado em privado somente porque sua operação o seja e, que possa ser tratado simplesmente como uma mercadoria regulada pela lógica mercantil privada.

O modelo privatizante foi acelerado até 1998 mas logo depois começam alguns ajustes, porque mesmo para seus mentores, as limitações desse programa começavam a ser evidentes. Suas duas grandes bandeiras: de que não haveria problema de falta de energia, e de que as tarifas seriam adequadas ou menores, pela livre concorrência, não procedem.. Na prática as tarifas aumentaram muito, existem estudos que de 92/93 até 2000 a tarifa subiu mais do dobro. Portanto, para o consumidor final comprovou-se que não teve o que se dizia. O outro grande mote que é de que não haveria escassez, isso também não se verificou.

O cenário mais recente

No ano de 2002 foram introduzidas modificações importantes no modelo do setor elétrico, diante do fracasso reconhecido pelo governo na aposta da auto-regulação do setor pelo mercado. Este modelo de aposta no mercado “embutia uma opção técnica indefensável”¹⁸, o qual, somado às pressões do FMI, a uma falta de planejamento e de uma regulação efetiva,

constituíram fatores que precipitaram a crise de energia. As limitações de investimento precipitam problemas no abastecimento de energia, que se tornam gravíssimos com o período de escassez de chuvas em 1999, conduzindo à crise nacional do “Apagão”, deflagrada a partir de maio de 2001. Este panorama culmina com as reformas de 9 de janeiro de 2002, mas algumas medidas já tinham sido tomadas porque já se previa a necessidade de racionamento.

Em 2001, por medida provisória elaborada por Pedro Parente e assinada pelo Presidente da República, o Governo criou uma empresa estatal federal de energia emergencial. O objetivo dela era comprar toda a energia de quem fosse construir uma usina térmica em caráter emergencial, independentemente do consumidor precisar, porque o que se propunha era garantir financeiramente essas empresas. Um entrevistado nos informa que essa medida representou

o maior desastre do ponto de vista financeiro, porque quando as usinas ficaram prontas, acabou o racionamento, choveu, encheu os reservatórios e não precisou mais. Estão paradas até agora, essas térmicas emergências. Afora a chuva, o gás da Bolívia que era comprado para as usinas, ficou muito caro. Outras ficaram prontas mas o gás nem chegou a elas, portanto não tinha como operar. (...) Até hoje recebem, mas muitas nunca geraram energia e talvez nunca venham a gerar. Mas elas recebem mensalmente.¹⁹

Entre as medidas do início de 2002, o Governo Fernando Henrique autoriza as empresas federais, ou seja, as ligadas ao grupo Eletrobrás, a voltar a construir empreendimentos e a fazer parcerias com empresas privadas para construção de usinas e outros empreendimentos na área de energia elétrica. Essas prerrogativas estavam proibidas às empresas estatais, até então, desde que foram colocadas no Plano Nacional de Desestatização – PND (1992). Apesar de que de acordo a informações dos nossos entrevistados, essa proibição não era expressa, mas de fato, porque para fazer qualquer empreendimento, elas tinham que seguir um procedimento tão complexo, que inviabilizava os investimentos. Portanto, com essa lei elas ganham direito de investir novamente em geração (o caso particular da Eletrosul).

Resumindo algumas ponderações levantadas:

- houve impacto sobre o mercado de trabalho no setor, por terem sido seus quadros técnicos dispersados, afastados, aposentados, terceirizados;
- houve um desmonte das empresas por terem sido proibidas de investir;
- as consultoras privadas deixam de contratar em primeira mão porque as empresas estatais não estavam mais investindo, seja para projetos, seja para obras, portanto elas desmobilizaram suas equipes;
- a engenharia que tinha se formado no Brasil, especialmente na área de construção de barragens, de subestações, de sistemas de transmissão, sofre os abalos dessa falta de investimentos e os efeitos do baixo índice de nacionalização dos empreendimentos. À falta de uma política de reserva de mercado para a engenharia nacional, soma-se uma lógica de privilegiar as empresas estrangeiras para os contratos de novos empreendimentos no sistema de EPC.²⁰
- a divisão das empresas, que segue a lógica da fragmentação das etapas do processo da energia elétrica, desde o planejamento, até a venda para o consumidor final, de certa forma contribui com a desqualificação da competência técnica. Soma-se a isso a falta de rigor na fiscalização dos processos, não só por limitações da ANEEL, mas pela própria forma pulverizada de contratar os serviços que as empresas tem adotado (as terceirizações).

Nesta mesma linha de raciocínio, um entrevistado que é empresário no setor, afirma:

O modelo mudou, se pulverizou. Agora várias empresas podem entrar (...) Se você tem o dinheiro e quer, você pode entrar no mercado e gerar energia.(...) Essas empresas, para obter o maior lucro possível, vão terceirizando tudo, vão contratando. Não há aquele rigor que havia na empresa estatal, da fiscalização da obra, para que fosse feita dentro daquele padrão. (...) Eles estão sub contratando tudo. O que eu noto é que apesar de haver uma tentativa de haver uma mesma qualidade, não há. Não há um padrão que antes havia, porque você tinha uma Eletrobrás por trás. Tinham empresas que, bem o mal, tinham um determinado padrão de qualidade. Havia mais gente, as pessoas tinham mais tranquilidade. (...). O setor está se ajeitando ainda.²¹

Pelo acima exposto fica nítido de que o futuro do setor e, conseqüentemente, do seu mercado de trabalho e do seu patrimônio de

conhecimento tecnológico, pelo menos a médio prazo, suscita inquietações. São muitos e complexos os problemas a serem resolvidos.

Com o novo governo do Presidente Lula, desde 2003, é sustentado, por parte de alguns entrevistados que se inauguraria uma “nova visão”, porque teria havido uma nova mudança no conceito do setor, e por extensão, na própria concepção da energia ser um bem público. Afirma-se:

A energia elétrica hoje é um insumo básico para o bem estar da sociedade, onde entende-se que o papel do governo é prover energia elétrica para todos os brasileiros, a preço adequado e qualidade adequada, e minha interpretação é de que isso se dá independente de quem fornece e quem está ganhando com isso. Inclusive está previsto, até 2008 ligar todos os domicílios brasileiros a custo zero²².

Como esta versão não é encampada por todos, já que os críticos à esquerda, não avaliam que as mudanças do modelo tenham atingido, “a radicalidade, e a profundidade, que talvez muitos que apostaram neste novo Governo gostariam”²³, assumimos este recorte temporal como estratégia para expor, como medida de novidade, não só algumas medidas implementadas para o setor, mas também, para dar indicações de algumas tensões que emergem, sobretudo, em função das expectativas de apoio, ou de resistência ao Governo.

Esperava-se, como desejo, por parte de alguns quadros do setor, que o Governo voltasse a reestatizar as empresas que foram privatizadas, mas isso não aconteceu, e a lógica. Assumida pelo Governo é sustentar que “o que passou, passou”. Apesar de “existir uma orientação de que não se privatiza mais”.

Segundo o argumento que sustenta esse modelo da “nova visão”, o bem público pode ser explorado por qualquer um que tenha capacidade técnica e financeira para fazê-lo, afirmando que a diferença fundamental é que, a partir de agora, todos os empreendimentos, passam a ser planejados pelo Governo, através do Ministério das Minas e Energia. Onde, somente estes empreendimentos resultantes desse planejamento terão assegurada a venda da sua energia no mercado. O mesmo entrevistado afirma que: “Na visão do Governo essa é a única forma de você ter garantido o suprimento” e ainda, sustenta que “(...) no caso da geração, todas as usinas que estão em

construção são financiadas pelo BNDES,²⁴ sempre os bancos públicos, isso não mudou” e alerta para destacar que essa é uma das críticas que são feitas desde versões mais à esquerda do espectro político.

Ainda, é introduzida uma outra medida, que no parecer daqueles que vislumbram uma mudança significativa no modelo do setor, com Lula, é considerada a “mais importante”. Refere-se aos critérios para ganhar um leilão. Hoje, não é mais aquela empresa que paga a maior taxa de tarifa do uso do bem público para o Governo, mas quem apresenta a menor tarifa pelos trinta anos da concessão:

Antes, o preço que você fosse vender não importava, porque era a lógica do mercado. Mas é lógico, que quem pagasse mais, para ganhar a usina, ia querer vender sua energia por um preço maior, para compensar, agora não, não tem taxa nenhuma para o Governo, ganha quem oferecer a menor tarifa. Antes, ele ganhava e tinha que construir também no prazo, mas no ato da licitação não tinha a licença ambiental. Então, o que acontecia, ou por dificuldades reais, ou por dificuldades não tão reais, a empresa achava que o negócio não era bom naquele momento, aí ele não conseguia licença ambiental, e não conseguindo, ele não era obrigado a cumprir o prazo. Assim, tem uma quarenta e poucas usinas paradas, foram licitadas, o cara tem a concessão mas ele não constrói, porque justifica que não conseguiu a licença ambiental. Assim, perdia o consumidor que chegou em 2001 e não tinha energia”. No novo modelo é pela tarifa e na hora que vai ao leilão já tem a licença.. Era antes o modelo neoliberal, que o empresário carregava com o bônus e o ônus. Agora não, ele tem a energia garantida pelos trinta anos, através de uma fórmula que vai corrigindo ao longo do tempo. E agora também as estatais podem concorrer²⁵..

A idéia é que não vão ter tarifas absurdas, porque as estatais vão servir ao menos como mecanismo regulador. Essa equação do planejamento com a licença ambiental prévia já conseguida, somada a essa seleção pela menor tarifa, supõe-se que resolveria, afinal, as bandeiras levantadas pelo outro modelo anterior, e que no entanto haviam fracassado. Isto é, energia barata e de suprimento garantido. Resgatando, dessa forma, o atributo de bem social da energia, dentro de um “novo modelo” que articula, indiferentemente, empresas privadas e estatais, e, ao mesmo tempo, garantindo a rentabilidade para atrair o investidor privado, e sobretudo, estrangeiro.

O possível saldo do “novo modelo”

As críticas são tecidas a partir de vários pontos, mas uma delas resume todas as outras: refere-se a posição de que as mudanças para o setor elétrico no Governo Lula não foram tão grandes, como muitos dos que acreditaram no Governo, gostariam que fossem. Um dos argumentos detectados entre os entrevistados, que parece assumir um viés mais críticos, é de que a empresa estatal não está tendo as mesmas condições de desenvolvimento que os empresários privados. Isso, porque o BNDES, que enquanto banco público poderia garantir o mesmo percentual de financiamento que é dado à iniciativa privada (até 70% do valor do empreendimento), não estaria facilitando esse procedimento. Já entre alguns empresários do setor privado nacional, é sustentada a idéia de que são eles que deveriam ter condições mais favoráveis, em relação aos estrangeiros, porque eles teriam menor capital e necessitariam desse expediente para desenvolver o conhecimento tecnológico.

Um ponto que faz convergir todas as versões, no entanto, é sobre o ônus experimentado pelo setor como um todo no que diz respeito à recomposição da mão de obra. Essa situação seria consequência, tanto da dispersão dos especialistas ao longo da década de noventa, quanto da desqualificação prolongada dessa que constituiu uma das mãos de obra mais qualificadas entre os setores econômicos mais especializados do país. Que, para conquistar o mesmo nível de expertise, poderia levar, como mais de algum dos entrevistados frisou, em torno de dez anos.

Diante de todas as colocações enumeradas neste estudo, não nos propomos definir tendências, mas antes problematizar as versões que identificamos entre protagonistas desta época de reformas.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, C. Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira. *Caros Amigos*, São Paulo, v.5 n.51, p.10-13, jun.2001.

DIEESE/SC – Subseção Eletricitários Santa Catarina. *O emprego no setor elétrico diante da privatização*. Florianópolis: DIEESE/SC, setembro de 1998.

DIEESE. *Perfil do setor elétrico no Brasil e em São Paulo*. São Paulo: DIEESE, Mar. 2001.

ENCONTRO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS. *O panorama do setor elétrico brasileiro: reformas, privatização e novo marco regulatório*. Belém, n. 2,15 a 18 de setembro de 1999.

SAMPAIO, M. M. B. *Sindicalismo no presente: estratégias sindicais no sinergia*. 1999. Dissertação (Mestrado Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 212 p.

_____. *Da privatização ao apagão*. Florianópolis: Editora Insular, 2001. 247 p.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 166 p.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política; Profa. do Departamento de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. maria.soledad@terra.com.br

² DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos.

³ A respeito da administração de pessoal nas estatais do setor elétrico, é sustentado que: “caracterizou-se pela adoção de planos de cargos e salários, aumentos por mérito e tempos de serviço, políticas de concessão de benefícios (...). Além disso, as estatais organizaram e patrocinaram fundos de previdência complementar para seus empregados” (DIEESE/SC, 1998). Sobre a estabilidade no emprego, registra-se que os eletricitários das empresas ligadas à Eletrobrás tinham conseguido uma cláusula de garantia de emprego nos Acordos Coletivos de Trabalho que é perdida no começo de 1991, por decisão do Tribunal Superior do Trabalho: “uma cláusula que há anos fazia parte dos acordos coletivos” (SAMPAIO, 1999, p.125).

⁴ FMI - Fundo Monetário Internacional.

⁵ IME - Instituto Militar de Engenharia, ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica

⁶ Entrevista realizada em 2001

⁷ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

⁸ Kilovolt, refere-se a uma medida do nível de tensão utilizado nas linhas de transmissão.

⁹ Entrevista realizada em 2001.

¹⁰ Neoliberalismo entendido como essa sistematização de idéias e implementações concretas de políticas em torno da crítica à regulação social organizada de maneira estatal. Coloca-se

o mercado como centro das decisões para proceder à reorganização social de uma crise que se afigura econômica e institucional.

¹¹ Enquanto bem social, supõe-se que seria "um componente essencial para a produtividade e para a criação de condições de vida aceitáveis.." (Políticas Energéticas, Op.cit., p.8).

¹² ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

¹³ Planos de demissão voluntária.

¹⁴ Empregado da Eletrosul, entrevista realizada em 2005.

¹⁵ Agricultor.

¹⁶ Entrevista de ex-empregada Eletrosul, realizada em 2001.

¹⁷ Entrevista em 2001, ex-empregado Eletrosul.

¹⁸ Benjamim (*Op.cit.*, p.11-12) esclarece que a opção ideológica pela privatização embutia uma opção técnica indefensável ao propor a mudança da matriz energética brasileira que consistia num modelo estruturado historicamente na base hidrelétrica e que fora levado a abandonar o potencial hídrico explorado.

¹⁹ Empregado da Eletrosul, entrevistado em 2005.

²⁰ Segundo o entrevistado: "No setor surgiu o EPC (*Engineering Procurement Contractor*), que é o que se chamava antigamente de *Turn Key*, que você compra tudo pronto, só vai lá e liga a chave. Uma empresa que contrata uma outra que vai fornecer tudo. *Engineering* porque ela faz o projeto, *Procurement* que ela provê os equipamentos, faz o suprimento da obratudo. Uma terceirização para execução de uma determinada obra".

²¹ Entrevista feita em 2002

²² Entrevista realizada em 2005, empregado da Eletrosul.

²³ Entrevistado em 2005, trabalhador no setor

²⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁵ Ibid.

Nota dos Editores: Recebido em 13/04/2008. Aprovado 15/05/2008